

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração (“RAD”) e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape II”), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2024.

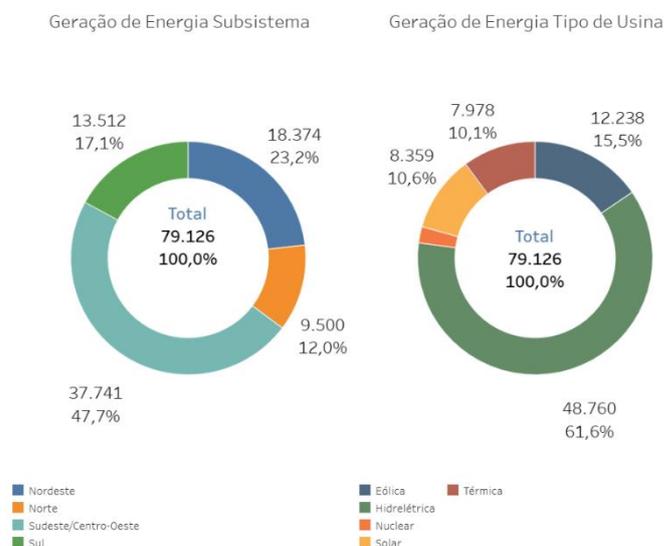
1 - Operacional

1.1 - Cenário Energético Brasileiro em 2024

Em 2024, a matriz energética brasileira consolidou o crescimento das energias renováveis, com destaque para as fontes solar e eólica. As hidrelétricas mantiveram-se como a principal fonte de geração, apesar das variações regionais nos níveis de reservatórios. O consumo de energia aumentou significativamente, impulsionado por intensas ondas de calor que elevaram a demanda por climatização nos setores residencial e comercial.

Embora o despacho termelétrico tenha registrado uma redução geral devido à maior participação das renováveis, as usinas térmicas desempenharam um papel crucial no último trimestre do ano. Elas foram acionadas para atender ao expressivo aumento da carga do sistema, especialmente nos meses de janeiro, março, abril e novembro, garantindo a segurança energética em momentos de alta demanda.

Gráfico 1: - Geração de Energia por Subsistema e Tipo de Usina



Fonte: ONS

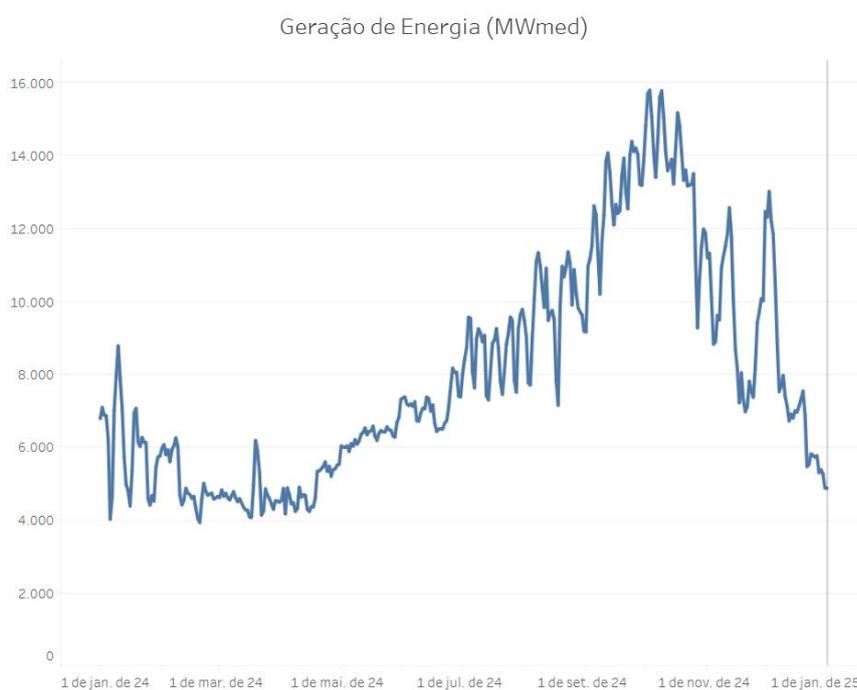
As térmicas representaram 10,1% da geração de energia, garantindo segurança e estabilidade ao sistema em momentos de alta demanda e variação das fontes renováveis. As hidrelétricas lideraram com 61,6%, seguidas por eólicas (15,5%), solares (10,6%) e nucleares (2,2%). O Sudeste/Centro-Oeste contribuiu com 47,7% da geração, enquanto o Nordeste e o Sul consolidaram o crescimento das renováveis. As térmicas destacaram-se como essenciais para a confiabilidade e flexibilidade do sistema elétrico brasileiro.

1.2 - Despacho Térmico e a Suape II

Em 2024, Suape II destacou-se como uma das principais usinas do país, atendendo de forma estratégica às demandas do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), especialmente no último trimestre, quando intensas ondas de calor e baixa geração renovável elevaram a carga do sistema. Com flexibilidade operacional, rápido acionamento e alta confiabilidade, a usina complementou as fontes renováveis e garantiu a estabilidade energética nas regiões Nordeste e Sudeste.

Sua atuação evitou riscos de sobrecarga em momentos de alta demanda, reforçando a importância das térmicas para equilibrar o fornecimento de energia em um cenário de transição energética. A Suape II consolidou-se como um pilar de segurança no planejamento energético brasileiro, destacando o papel indispensável das térmicas para garantir a confiabilidade e flexibilidade do sistema.

Gráfico 2: Geração de Energia Termelétrica no Nordeste



Fonte: ONS

1.3 - Contexto Operacional da Suape II em 2024

Em 2024, Suape II destacou-se por sua atuação em despachos em tempo real, quando a usina foi acionada sem programação prévia para garantir a segurança energética, especialmente durante o mês de novembro, atendendo de forma rápida e eficiente às exigências do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

A usina realizou um amplo programa de manutenção e conservação e sua infraestrutura e grandes equipamentos, como filtros, chaminés, radiadores e sistemas auxiliares, além de intervenções na subestação de 230 kV e inspeções e correções na linha de transmissão, tudo sem comprometer sua disponibilidade operacional. A inovação também foi destaque com a implementação de um sistema de aquecimento elétrico com automação e inteligência artificial, substituindo combustíveis fósseis e reduzindo impactos ambientais. A gestão integrada e reuniões constantes com parceiros garantiram alinhamento e segurança nas operações, refletindo-se na marca de mil dias sem acidentes com afastamento. O treinamento contínuo e a eficiência operacional asseguraram respostas ágeis às demandas do ONS, consolidando a Suape II como referência em confiabilidade e sustentabilidade no setor elétrico.

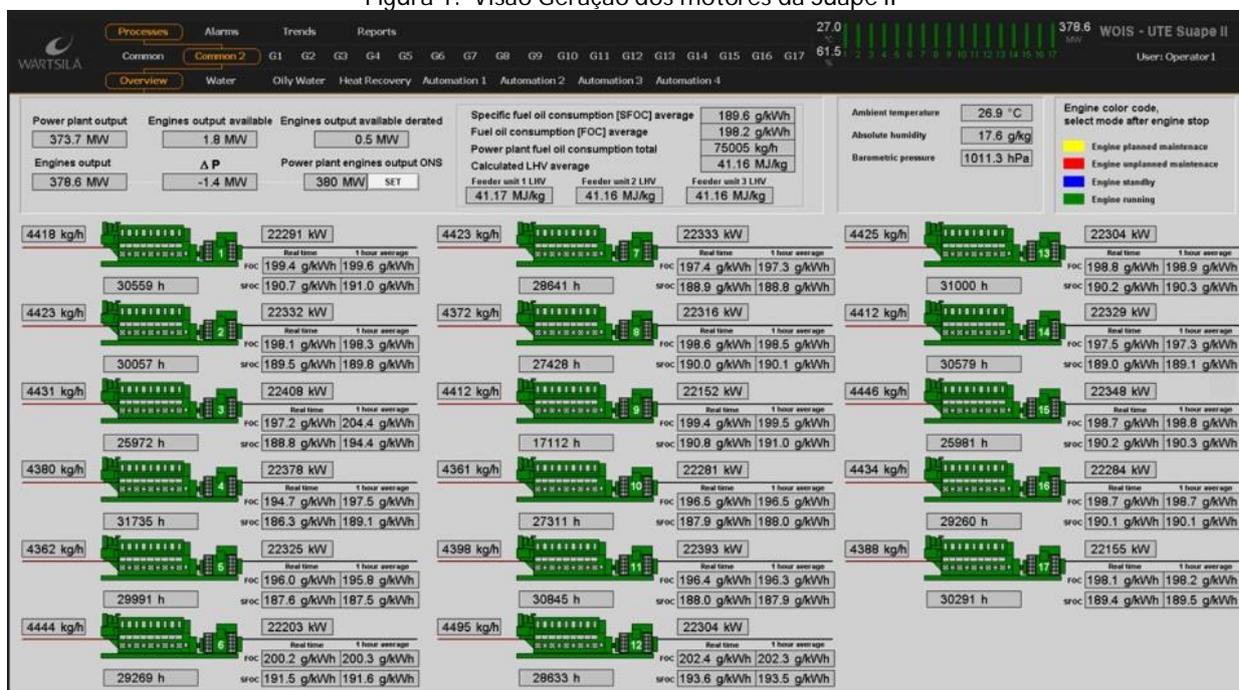
Gráfico 3: Geração da Suape II



Fonte: ONS

A classificação da geração realizada pela Companhia foi predominantemente por Razões Elétricas, titulação dada quando há restrições na operação do SIN.

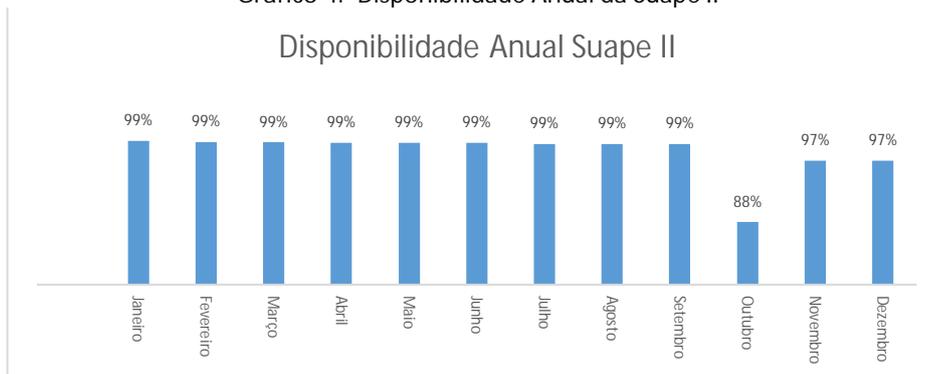
Figura 1: Visão Geração dos motores da Suape II



Fonte: WOIS Wärtsilä (26/11/2024)

Em 2024, a Suape II alcançou uma disponibilidade média de 98%, superando a meta de 87% definida pelo ONS. Mesmo durante manutenções específicas em outubro, com 88% de disponibilidade, a usina manteve-se dentro dos critérios esperados. O ano encerrou com 97% em novembro e 98% em dezembro, reafirmando sua confiabilidade no atendimento ao SIN.

Gráfico 4: Disponibilidade Anual da Suape II



Fonte: ONS

No total foram cerca de 20 GWh de energia produzida no ano de 2024 representando um percentual de 0,60% da capacidade anual disponível de geração da usina.

Tabela 1: Geração da Suape II

Meses	Geração Bruta (MWh)	
	2024	2023
JAN	3.486,603	-
FEV	-	-
MAR	4.512,690	-
ABR	2.078,791	-
MAI	-	-
JUN	-	-
JUL	-	-
AGO	-	-
SET	-	-
OUT	-	1.750,281
NOV	9.903,251	14.646,030
DEZ	-	12.492,192
Total	19.981,335	28.888,503
Média mensal	1.665,111	2.407,375
Despacho anual	0,60%	0,87%

Fonte: Suape II

2 - Segurança, Saúde e Meio Ambiente

No ano de 2024, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho, cumprindo todas as exigências definidas em programas voltados para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Foram aproximadamente 300 mil horas trabalhadas com exposição a riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de acidentes que foi de 3,33 (2023: 10,6), resultante de um acidente com afastamento (para a Organização Internacional do Trabalho "OIT", uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – Fonte "Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho" - Autor: José da Cunha Tavares). Ainda assim, mesmo com a melhoria concreta da taxa supracitada, a Companhia entende que a segurança precisa ser prioridade e que acidentes e doenças do trabalho não devem acontecer. Para isso, é importante a atuação constante no acultramento da força de trabalho no que tange as melhores práticas de segurança.

Em 2024, a Companhia comemorou os mil dias de trabalho sem acidentes com afastamento e continua investindo bastante em capacitação, campanhas e eventos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde ("SMS"), principalmente com interface com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA"). Entendemos que o desenvolvimento de pessoas é um dos principais caminhos para prevenção, além de agregar conhecimento ao nosso capital humano. Para Diretoria e Acionistas, as pessoas são os maiores patrimônios da Companhia.

No quesito prevenção e combate a incêndio, foi mantido rígido controle de todos os sistemas críticos de segurança (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas etc.), que foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta, o que permitiu novamente a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação.

No quesito Meio Ambiente, a Companhia cumpriu com todas as exigências impostas pela Licença de Operação (“LO”) emitida em fevereiro de 2023 (validade até dezembro de 2027). Todo resíduo gerado na Companhia foi destinado de forma rastreada e responsável, atendendo todas as exigências legais no âmbito estadual e federal. A Companhia tem buscado sempre reduzir a geração de resíduos pensando na minimização do impacto gerado em aterros sanitários, e quando ainda não é possível essa redução, busca-se atuar na melhor separação para que possibilite o reuso e reciclagem de materiais. Anualmente, a Companhia atualiza o PGRSI (“Programa de Gerenciamento de Resíduos Industriais”) focado nos melhores controles e registros de geração de resíduos, possibilitando análise para busca de melhores resultados nos anos seguintes.

3 - Ambiente regulatório

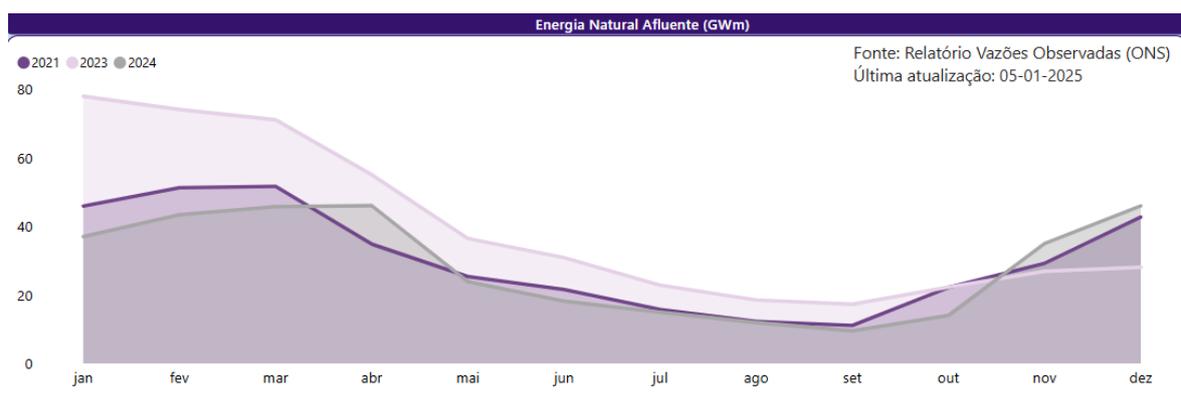
3.1 - Monitoramento Prudencial (CCEE) – Conclusão do Período Sombra

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) implementou, em novembro de 2023, o Monitoramento Prudencial, um mecanismo que avalia a alavancagem dos agentes e os riscos sistêmicos no Mercado Livre de Energia, aumentando a segurança e a transparência das operações. Durante o “período sombra” de 2024, 98% dos agentes participaram, e o Fator de Alavancagem apresentou baixa volatilidade, destacando variações em geradores e comercializadores de grande porte.

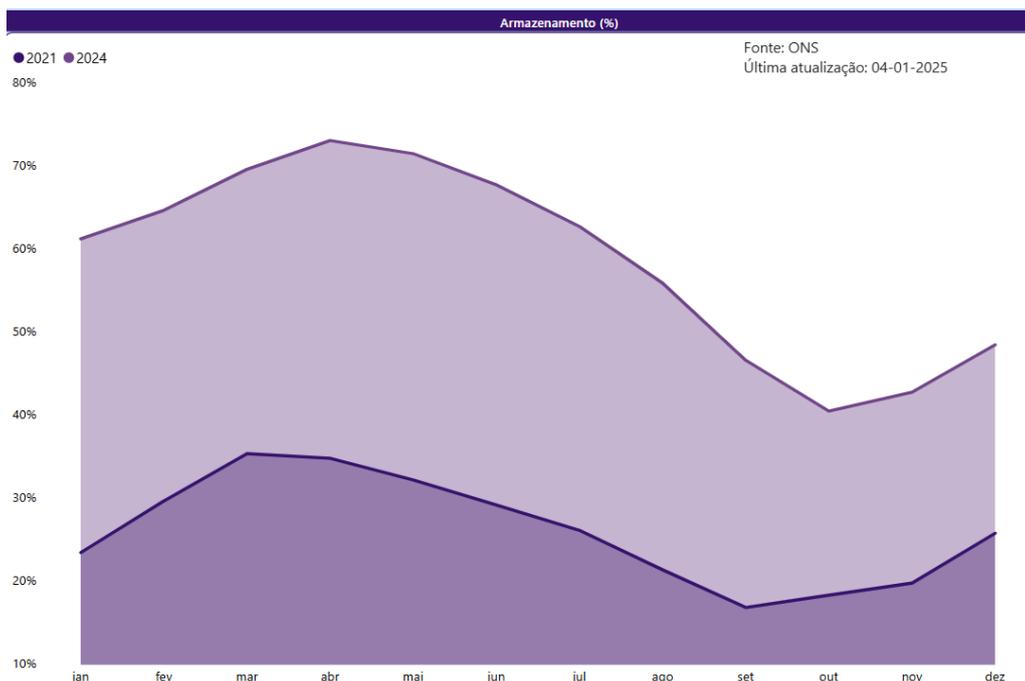
O relatório do período sombra foi enviado à ANEEL, que deverá abrir consulta pública em 2025 para ajustes antes da implementação definitiva. Até lá, o período sombra continuará em vigor. O Monitoramento Prudencial já se mostra uma ferramenta crucial para mitigar riscos, fortalecer o mercado e promover confiança entre os agentes, com potencial para ser um marco regulatório no setor elétrico brasileiro.

3.2 - Cenário Hidrológico em 2024 e Newave Híbrido para 2025

Em 2024, a Energia Natural Afluente (“ENA”) abaixo da média no Sudeste foi compensada por elevados níveis de armazenamento, reduzindo o acionamento térmico. No entanto, as térmicas reafirmaram sua importância estratégica nos momentos críticos, com maior acionamento no final do ano devido à queda na geração solar e aumento da demanda causado pelo calor intenso. Em novembro, a Suape II destacou-se ao operar em sua capacidade máxima de 381 MW, garantindo estabilidade ao sistema. A partir de 2025, o modelo *Newave*, atualizado para representar hidrelétricas individualmente, reforçará o papel das térmicas, permitindo acionamento antecipado e otimizando recursos hídricos, consolidando-as como soluções indispensáveis para a segurança e planejamento energético do Brasil.



Fonte: ONS



Fonte: ONS

3.3 - Alteração dos Parâmetros de Atendimento à Potência do SIN

O Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio da Consulta Pública nº 175/2024, propôs a revisão dos critérios de segurança do SIN, sugerindo a redução dos parâmetros *Conditional Value at Risk* (CVaR) e LOLP de 5% para até 2%, com preferência indicada para 3%. Essas mudanças são fundamentais para o planejamento do SIN, impactando o cálculo das garantias físicas e a contratação de potência nos Leilões de Reserva de Capacidade.

A proposta deve aumentar a demanda por potência contratada, passando de 5,5 GW para 6,71 GW até 2028, conforme o PDE 2034. Esse cenário reforça a relevância das usinas térmicas, que oferecem confiabilidade e flexibilidade indispensáveis ao sistema, além de beneficiar hidrelétricas e sistemas de armazenamento por baterias. As térmicas consolidam-se como pilares para um sistema elétrico mais robusto e resiliente, especialmente diante da variabilidade das fontes renováveis.

3.4 - Leilão de Armazenamento de Energia

O MME lançou a Consulta Pública nº 176/2024 para debater o edital do primeiro Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (“LRCAP”), voltado exclusivamente para sistemas de armazenamento de energia por baterias no Brasil. Esses sistemas deverão garantir potência máxima por 4 horas diárias, com capacidade mínima de 30 MW e suporte para 365 ciclos anuais. A receita será fixa, ajustada conforme o desempenho.

No contexto operacional, as baterias podem atuar como complemento estratégico para as usinas termoeletricas, compensando restrições operativas dessas plantas. As baterias seriam abastecidas por fontes renováveis ou pelo excedente da rede de transmissão, fornecendo suporte em momentos críticos e otimizando a resposta do sistema elétrico. Essa integração reforça o papel das térmicas e amplia a flexibilidade e a segurança da matriz energética brasileira.

3.5 - Cronograma de Leilões (MME)

O MME publicou a Portaria nº 57/2022 com o calendário de leilões futuros. Em 2024, apenas o leilão de energia existente foi realizado, enquanto o Leilão de Reserva de Capacidade, previsto inicialmente para o início de 2024, foi adiado. A Portaria nº 97/2025, publicada em 06/01/2025, definiu diretrizes para contratação de potência elétrica, com o leilão agendado para junho de 2025.

4 - Investimentos em P&D

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("PD&I"), conforme estabelecido pela Lei nº 9.991/2000 e em atendimento a Resolução Normativa ANEEL nº 1.074/2023 de 19 de setembro de 2023.

Os projetos selecionados são submetidos a uma análise técnica alinhada às necessidades operacionais e estratégicas da Companhia. Para isso, a Companhia mantém um processo contínuo de prospecção e está aberta ao recebimento de propostas, que podem ser enviadas para o e-mail ped@suapeenergia.com.br.

A Companhia também faz uso dos valores gastos em PD&I para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem").

Ao final de 2024 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Término (previsão)	Status	Realizado		Comprometido (2025/2026)	Total P&D
					Anos anteriores	2024		
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017	1.753	-	-	1.753
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	-	4.197
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	-	3.535
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.007	-	-	6.007
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.115	-	-	3.115
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.638	-	-	3.638
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	1.634	68	-	1.702
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento	471	492	278	1.241
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento	-	5.595	(710)	4.885
					32.650	6.155	(432)	38.373

5 - Desempenho Econômico-Financeiro

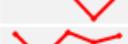
5.1 – Indicadores empresarias

(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	2024	2023	Varição % 2024 / 2023
Receita Operacional Bruta	386.115	377.546	2,27%
Receita Operacional Líquida - ROL	345.358	337.784	2,24%
EBITDA	224.877	197.180	14,05%
Resultado Operacional	202.237	174.570	15,85%
Resultado financeiro líquido	2.282	(2.795)	-181,65%
Lucro Líquido	174.059	144.837	20,18%

Índices de Liquidez	2024	2023	Varição % 2024 / 2023
Liquidez corrente => AC / PC	3,83	3,40	12,58%
Liquidez seca => (AC - Estoques) / PC	2,68	2,42	10,65%
Liquidez imediata => Disponível / PC	1,46	1,16	26,42%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	3,77	1,95	93,66%
ROCE => EBIT / Capital Empregado	1,44	1,25	15,85%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,37	0,31	17,45%

EBITDA	2024	2023	Varição % 2024 / 2023
Lucro Líquido	174.059	144.837	20,18%
Depreciação e amortização	22.640	22.610	0,13%
Despesas financeiras	10.920	16.655	-34,43%
Receitas financeiras	(13.202)	(13.860)	-4,75%
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.460	26.938	13,07%
EBITDA	224.877	197.180	14,05%

SUAPE II - Resultado Gerencial Consolidado (DRE Gerencial)			
(Valores em Milhares de R\$)	Média mensal 2024-2020	2024	2023
(+) Receita Operacional		386.174	377.682
Receita Fixa		365.234	348.477
Receita Geração		20.881	29.069
Outras Receitas (líquidas)		59	136
(-) Custo Operacional		(181.687)	(205.907)
Custo Fixo		(160.622)	(160.589)
Custo de Geração		(19.653)	(28.586)
Outros Custos		(1.380)	(16.732)
(=) Resultado Operacional		204.519	171.775
Resultado Fixo		204.612	187.888
Resultado da Geração		1.228	483
Outros Resultados		(1.321)	(16.596)
(-) Impostos		(30.460)	(26.938)
Imposto de Renda (IR)		(50.601)	(41.027)
Contribuição Social (CS)		(18.206)	(14.772)
Impostos Diferidos (IR/CS)		(85)	(2.753)
Incentivo Fiscal SUDENE		38.431	31.615
(=) Lucro Líquido do Exercício		174.059	144.837
EBITDA Total		224.877	197.180

OBS: Não auditado

6 - Endividamento

Em novembro, a Companhia renegociou o financiamento contratado junto ao Banco Santander em agosto de 2021, obtendo condições de juros mais atrativas. Essa iniciativa está alinhada à estratégia da Companhia de buscar continuamente melhores condições financeiras.

O financiamento manteve a previsão de fluxo de pagamento de parcelas semestrais até o mês de setembro de 2026.

Ressalta-se que esse financiamento foi celebrado em substituição ao anterior, reforçando o compromisso da Companhia com a otimização de suas condições financeiras e a redução de custos associados à dívida.

7 - Benefício fiscal de redução do IRPJ (SUDENE)

Em 2024 a Companhia manteve a fruição do benefício de redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis na modalidade de Modernização Total de Empreendimento com vigência de 10 anos (a contar de 2023) concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

8 - Composição acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

9 - Auditores independentes

Para o exercício de 2024, a Companhia celebrou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2024 foi emitido sem ressalvas, referendando desta forma que as demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10 - Perspectivas 2025

O setor energético brasileiro em 2025 será marcado por avanços regulatórios, tecnológicos e a crescente demanda por segurança energética. O Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) para baterias representa uma aposta em inovação e resiliência, enquanto os ajustes no CVaR e LOLP aumentarão a demanda por potência, beneficiando térmicas que oferecem energia confiável e flexível. Fontes renováveis, como solar e eólica, continuarão em expansão, complementadas por sistemas de armazenamento que garantem estabilidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Suape II, peça-chave no setor termoelétrico, está alinhada às diretrizes de transição energética do Brasil. Em preparação para o LRCAP de 2025, a usina está desenvolvendo projetos estratégicos, como a conversão para biodiesel e o desenvolvimento de motores de geração movidos a etanol, que garantirão operação eficiente, rápida e com baixíssimas emissões. Essas iniciativas permitirão à Suape II atender às exigências do sistema com sustentabilidade, mantendo sua confiabilidade operacional e contribuindo para a segurança energética em momentos de alta variabilidade das fontes renováveis.

Com mais de uma década de excelência operacional e uma sólida parceria com a *Wärtsilä*, a Suape II vislumbra sua continuidade para além de 2027 por mais 10 a 15 anos. A usina está pronta para liderar a inovação no setor, tornando-se pioneira na geração de energia a etanol, reafirmando seu compromisso com uma matriz energética limpa, eficiente e alinhada às demandas futuras do Brasil.

11 – Conclusão

Por fim, com a manutenção das boas práticas e o compromisso com o cumprimento rigoroso dos procedimentos operacionais, a Suape II encerra o ano de 2024 e inicia 2025 plenamente apta e 100% disponível para atender a seus compromissos contratuais. A usina reafirma seu foco na busca constante por inovação, realização das suas manutenções preventivas, na execução eficiente do planejamento anual e na melhoria contínua de processos e indicadores, contribuindo de forma decisiva para a segurança energética e o atendimento às demandas do SIN, em total conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas pelo ONS e pela ANEEL.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de janeiro de 2025.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Suape II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de janeiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8

A handwritten signature in blue ink that reads 'Carlos Sebastião F.V. Dauer :.'.

Carlos Sebastião Fernandes Vieira Dauer
Contador CRC 1 CE 021962/O-9 - S - PE

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2024	2023		Nota Explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	81.180	75.937	Fornecedores	17	10.296	14.210
Contas a receber de clientes	10	52.638	76.719	Empréstimos, financiamentos e encargos	18	16.350	27.122
Estoques	11	63.692	64.184	Tributos e contribuições sociais	19	2.361	2.861
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12	6.681	2.137	Passivo fiscal corrente	20	17.884	13.077
Despesas pagas antecipadamente	14	3.644	3.969	P&D e taxas regulatórias	21	3.523	3.108
Outros créditos	13	4.768	377	Outras contas a pagar	22	5.143	5.320
		212.603	223.323			55.557	65.698
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras restritas	9	21.267	5.297	Empréstimos, financiamentos e encargos	18	31.191	58.483
Ativo fiscal diferido	20.3	1.360	1.445	P&D e taxas regulatórias	21	-	1.191
		22.627	6.742			31.191	59.674
Imobilizado	15	373.671	396.598	Patrimônio líquido			
Intangível	16	52	77	Capital social	24	139.977	139.977
		396.350	403.417	Reserva legal	24	27.995	27.995
				Reserva de incentivos fiscais	24	338.605	300.174
				Dividendos adicionais propostos	24	15.628	33.222
						522.205	501.368
Total do ativo		608.953	626.740	Total do passivo e patrimônio líquido		608.953	626.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	26	345.358	337.784
Custo Operacional	27	(127.474)	(133.440)
Lucro bruto		217.884	204.344
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(15.706)	(29.911)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	27	59	137
Lucro antes do resultado financeiro		202.237	174.570
Receitas financeiras	28	13.202	13.860
Despesas financeiras	28	(10.920)	(16.655)
Resultado financeiro líquido		2.282	(2.795)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		204.519	171.775
Imposto de renda	20	(50.601)	(41.027)
Contribuição social	20	(18.206)	(14.772)
Imposto de renda diferido	20	(62)	(2.025)
Contribuição social diferida	20	(22)	(729)
Incentivo fiscal SUDENE	20	38.431	31.615
		(30.460)	(26.938)
Lucro líquido do exercício		174.059	144.837
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$		1,24	1,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	174.059	144.837
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>174.059</u>	<u>144.837</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		139.977	27.995	268.559	20.338	-	456.869
Distribuição de lucros	24.4	-	-	-	(20.338)	-	(20.338)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	144.837	144.837
Destinação do lucro							
Dividendo mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	(28.306)	(28.306)
Dividendos intermediários	24.4	-	-	-	-	(51.694)	(51.694)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.3	-	-	31.615	-	(31.615)	-
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	33.222	(33.222)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.977	27.995	300.174	33.222	-	501.368
Distribuição de lucros	24.4	-	-	-	(33.222)	-	(33.222)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	174.059	174.059
Destinação do lucro							
Dividendo mínimos obrigatórios	24.4	-	-	-	-	(33.907)	(33.907)
Dividendos intermediários	24.4	-	-	-	-	(86.093)	(86.093)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.3	-	-	38.431	-	(38.431)	-
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	15.628	(15.628)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		139.977	27.995	338.605	15.628	-	522.205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Lucro líquido exercício		174.059	144.837
Ajustes			
Depreciação e amortização	15 e 16	22.640	22.610
Baixa no ativo imobilizado e intangível	15 e 16	943	2.124
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal SUDENE	20.2	30.376	24.184
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.2	84	2.753
Atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	24.4.3	746	1.278
Encargos de empréstimos e financiamentos	18	8.829	14.188
		<u>63.618</u>	<u>67.137</u>
Lucro líquido ajustado		237.677	211.974
Aumento/(redução) dos ativos			
Contas a receber de clientes		24.081	(31.981)
Estoques		492	2.743
Tributos e contribuições a recuperar		-	1.405
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.544)	5.039
Despesas pagas antecipadamente		325	(636)
Outros créditos		(4.391)	15.039
		<u>15.963</u>	<u>(8.391)</u>
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores		(3.914)	7.410
Tributos e contribuições sociais		(500)	(432)
P&D e taxas regulatórias		(776)	(4.391)
Provisão para honorários advocatícios		-	(12.347)
Outras contas a pagar		(177)	(364)
		<u>(5.367)</u>	<u>(10.124)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		248.273	193.459
Impostos pagos sobre o lucro		(22.718)	(18.568)
Juros e IOF pagos	18	(11.803)	(15.701)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		213.752	159.190
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate/(aplicação) das aplicações financeiras		(18.134)	(3.965)
Aquisição de imobilizado	15	(1.262)	(477)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(19.396)</u>	<u>(4.442)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	18	46.786	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(81.930)	(22.462)
Pagamento de dividendos	24.4.3	(153.801)	(100.050)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos e juros sobre capital próprio	24.4.3	(168)	(1.278)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(189.113)</u>	<u>(123.790)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.243</u>	<u>30.958</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.937	44.979
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		81.180	75.937
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.243</u>	<u>30.958</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 - Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. É considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (“OCB1”) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) em 230kV, onde se interliga a 5,6 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (“CHESF”), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043, através da Portaria Autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2024 a Suape II operou 0,60% da sua capacidade total disponível, este percentual correspondeu a geração efetivamente realizada no período de outubro a dezembro. Ao todo foram aproximadamente 20 GWh de energia gerada. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) despachou a usina por Razões Elétricas, onde os principais motivadores foram:

- (a) Ondas de calor que provocou um aumento na carga do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) em mais de 100 GW;
- (b) Despacho por ordem de mérito, que se dá quando o custo operacional da usina está menor que o custo operacional do sistema.

A dinâmica da Operação e Manutenção (“O&M”) foi predominantemente em regime stand-by, onde a planta pôde intensificar os planos de conservação dos seus sistemas e estruturas operacionais de forma a assegurar a qualidade no abastecimento de energia elétrica ao SIN sempre que solicitado.

A Companhia registrou 98% de disponibilidade conforme indicador preliminar do Relatório de Avaliação de Desempenho da Manutenção da Rede de Operação (“RAD”). Esse percentual de disponibilidade é 11% maior do que o mínimo exigido pelo ONS que é de 87%. O resultado alcançado consolida a constante busca pela melhoria e eficiência da usina e seus sistemas operacionais através do esforço assertivo empregado pelo time de colaboradores da Companhia.

A Suape II inicia 2025 fortalecida por sua confiabilidade operacional e preparada para atender a um cenário de maior demanda por geração térmica, impulsionado pelas ondas de calor prolongadas e pela intermitência das fontes renováveis. O desligamento de várias usinas em 2024 posiciona a Suape II de forma ainda mais estratégica, aumentando a probabilidade de acionamentos pelo ONS para garantir a segurança energética do SIN.

Além de focar no desenvolvimento de projetos estratégicos, como a conversão para biodiesel e o avanço do protótipo de motor a etanol, que visam consolidar sua operação sustentável a partir de 2027, a usina manterá um compromisso firme com seu contrato atual. Isso inclui a execução de manutenções preventivas e corretivas, conservação de infraestrutura, e garantia de alta disponibilidade e confiabilidade para atender às demandas do sistema elétrico.

A Companhia também seguirá investindo em inovação e capacitação das equipes, assegurando que seus processos operacionais continuem a atender os mais altos padrões de eficiência e segurança. Com essa postura proativa e comprometida, a usina não apenas sustenta seu papel essencial no SIN, mas também reforça sua posição como um exemplo de excelência no setor termoeletrico, alinhada às demandas de transição energética e sustentabilidade no Brasil.

2 - Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 - Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 15 - Ativo imobilizado: Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados, considerando a avaliação entre a estimativa da vida útil, o valor residual econômico dos ativos e sua geração de caixa.

Nota Explicativa nº 20.3 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota Explicativa nº 23 - Contingências: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa 30 (Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

5 - Mudanças nas principais políticas contábeis

Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2024.

6 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 - Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 - Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 - Receita de operações com energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

(i) Receita de energia elétrica no ambiente regulado

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

(ii) Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

A Companhia não realizou operações de venda de energia elétrica no ambiente livre em 2024, sendo as operações no ambiente livre decorrentes da "operação de lastro" oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5163/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs). O efeito líquido da operação está demonstrado na Nota Explicativa 27.

7.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

7.4 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Tributos sobre ganhos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

7.5 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 - Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Desde 2013, a Companhia usufrui da redução de 75% do IRPJ inclusive adicionais não-restituíveis, que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis

A vigência atual do benefício é pelo prazo de 10 anos (até o final de 2032) na modalidade de Modernização Total de Empreendimento, conforme Laudo Constitutivo nº 0024/2023 emitido pela SUDENE e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Os valores relativos aos benefícios estão demonstrados na Nota Explicativa 24.3.

7.7 - Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na Nota Explicativa 11.

As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (Nota Explicativa 15), quando cabível.

7.8 - Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

7.9 - Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), elaborado pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

7.10 - Instrumentos financeiros

7.10.1 - Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.10.2 - Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

7.11 - Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

7.12 - Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.13 - Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

7.14 - Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

7.15 - Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

7.16 - Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendos Adicionais Propostos”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

8 - Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	24	161
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	40.610	29.928
Aplicações financeiras - Letras Financeiras (LF)	40.546	45.848
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>81.180</u>	<u>75.937</u>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 100% e 102% do CDI nas principais aplicações: CDB/LF Itaú, CDB ABC, CDB Santander e CDB BNB (2023: 98% e 103,5% do CDI).

9 - Aplicações financeiras restritas

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencimento	Indexador	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(a)	31/12/2026	98% do CDI	5.861	5.297
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(b)	31/12/2026	92% do CDI	141	-
Banco Santander S.A.	Garantia CCG RFN	(c)	30/09/2026	100% do CDI	15.265	-
Total das aplicações financeiras restritas					<u>21.267</u>	<u>5.297</u>

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

- (a) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, por meio do Contrato Conta de Garantias (“CCG”). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST. O indexador foi 98% do CDI.
- (b) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF (“CCT - CHESF”). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na cláusula 54 do CCT-CHESF. O indexador foi alterado na renovação do contrato de 94% para 92% do CDI, conforme previsto na Resolução Aneel 3.349/2024.
- (c) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco Santander para garantia do empréstimo contratado em novembro/2024 (Nota Explicativa 18b), por meio da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”). O valor aplicado equivale a 30% do principal da dívida.

10 - Contas a receber de clientes

	Ref.	2024	2023
Contas a receber de clientes	(a)	2.084	15.281
Valores a faturar	(b)	45.783	57.282
Liquidação no mercado de curto prazo	(c)	4.765	4.147
Venda de óleo usado e sucata		6	9
Total de contas a receber		<u>52.638</u>	<u>76.719</u>

- (a) O saldo a receber de 2024 corresponde ao saldo residual (1/3) da parte da parcela fixa e variável do mês de novembro. O montante contabilizado no contas a receber em 2023 refere-se a 1/3 das receitas fixa e de geração do mês de novembro. Na data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, não há saldo a receber de clientes de valores faturados relativo ao exercício de 2024.
- (b) Referem-se às parcelas fixa e de geração não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEAR”). A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) dos respectivos exercícios e liquidadas em janeiro do ano seguinte.

	2024	2023
Valores a faturar (NOV)	14.149	15.056
Valores a faturar (DEZ)	31.634	42.226
Total de valores a faturar	<u>45.783</u>	<u>57.282</u>

- (c) A liquidação no mercado de curto prazo (“MCP”) é referente a recuperação de energia elétrica (“lastro”) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) vigente (R\$ 103,51 p/MWh - novembro de 2024 e R\$ 84,40 p/MWh - novembro de 2023). Os volumes adquiridos em 2024 e 2023 foram, respectivamente, de 34,83 MW médios e 46,02 MW médios.

Riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), sendo liquidada no prazo de 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na Nota Explicativa 29.

11 - Estoques

	Ref.	2024	2023
Estoque de combustíveis	(a)		
Combustíveis para geração de energia		33.580	35.062
Estoque de peças			
Segurança / mínimo	(b)	22.213	20.972
<i>Overhaul</i>	(b)	2.513	2.997
Garantia	(c)	4.077	4.251
		28.803	28.220
Outros estoques			
Consumíveis	(d)	1.309	902
Total dos estoques		63.692	64.184

Os estoques da Companhia são essencialmente insumos ou materiais a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

(a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 ("OCB1"), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração, havendo uma capacidade máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração.

(b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.

(c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*.

(d) Estoque de materiais para uso geral (limpeza, administrativo etc.).

Com relação aos itens "b" e "c", anualmente é realizada análise do giro das peças e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (longo prazo) (Nota Explicativa 15a) quando cabível.

12 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Ref.	2024	2023
Projeto Biodetergente	(a)	-	1.634
Projeto CS Carbono	(b)	963	471
Projeto Sistema de Monitoramento de vapor	(c)	5.595	-
Serviços em curso	(d)	123	32
Total de projetos de P&D em andamento		6.681	2.137

Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“PROP&D”) da ANEEL, as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida (“ROL”) para Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Desse percentual, 40% são destinados para projetos de P&D e em eficiência energética de escolha da Companhia (1). Esses projetos são submetidos a avaliação da ANEEL que, ao final, emite parecer sobre a aprovação de acordo com a normas previstas no PROP&D.

(1) A partir de abril de 2021, 30% do montante apurado passou a ser recolhido diretamente para o Ministério de Minas e Energia (“MME”), através da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”).

No final de 2024, a Companhia tinha dois projetos em andamento e um aprovado junto a ANEEL e oito em fase de análise e/ou aprovação junto a ANEEL.

Projeto	Código ANEEL	Início	Término	Status
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Biodetergente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
CS Carbono	PD-05478-0201/2023	junho/2023	agosto/2025	Pesquisa em andamento
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	dezembro/2025	Pesquisa em andamento

- (a) Biodetergente (código ANEEL PD-07236-0009/2020): projeto de pesquisa e desenvolvimento em fase de cabeça de série (cooperado), visando o aumento da escala de produção dos biodetergentes com características de biodegradabilidade e ausência de toxicidade capazes de limpar de forma rápida e eficiente os resíduos oriundos de petroderivados, tais como OCB1, diesel, óleo lubrificante e graxas, impregnados em peças, pisos e máquinas das usinas. O projeto foi encerrado em abril de 2024 e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.
- (b) CS Carbono (código ANEEL PD-05478-0201/2023): Projeto complementar ao de Captura de Carbono (código ANEEL PD-06599-0007/2019). Nesta nova fase serão aperfeiçoados os dispositivos para ciclo diesel dentro da fase cabeça de série para aplicação de hidrogênio na assistência a combustão de OCB1 e diesel. A pesquisa iniciou em junho/2023 e tem término previsto para agosto de 2025.
- (c) Sistema de monitoramento de vapor (código ANEEL PD-06599-0011/2023): sistema de monitoramento e controle inteligente para sistemas de vapor industrial necessários para manutenção de temperatura de motores a combustão e de óleo combustível nas usinas termelétricas. O sistema parte da criação de modelos de adaptação climática baseados no estudo termodinâmico dos sistemas de aquecimento e suas demandas em cada condição ambiente e dos sistemas de aquecimento. A aplicação de fontes de energias disponíveis na planta será gerida de modo a avaliar melhor o valor em termos ecológico e econômico, garantindo, assim, maior benefício sob o aspecto da descarbonização, como também de economia para a usina. O projeto iniciou-se em dezembro de 2023, porém com desembolso financeiro a partir de 2024, e tem término previsto para dezembro de 2025.
- (d) Atividades relacionadas com a gestão do programa de P&D (ciclo 2023/2025), contemplando a elaboração de relatórios para a ANEEL em formatos pré-determinados nos manuais vigentes. Nesta atividade, está inclusa a dedicação horária da equipe de gestão para realizar as demais atividades previstas no projeto de gestão, como interação com outras empresas e instituições para viabilizar parcerias e cooperação, inclusive, o controle físico, financeiro, contábil e jurídico dos projetos em execução na empresa.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: www.suapeenergia.com.br

13 - Outros créditos

	Ref.	2024	2023
Wartsila Finland OY	(a)	2.546	-
Mult Serviços	(b)	1.099	216
K da M Dantas Serviços	(c)	926	-
Fornecedores diversos		155	142
Reforming Engenharia		21	-
Vibra Energia S.A.		-	7
Adiantamento a empregados		21	12
Total de valores a receber		<u>4.768</u>	<u>377</u>

(a) Adiantamento compra de equipamentos do Projeto Etanol, conforme previsto no *Equipment Supply Contract*.

(b) Adiantamento para o serviço de substituição de linhas de rede de condensado da planta.

(c) Adiantamento para recuperação estrutural das chaminés e radiadores da planta.

14 - Despesas antecipadas

	Ref.	2024	2023
Prêmio de seguros	(a)	3.644	3.969
Total de despesas antecipadas		<u>3.644</u>	<u>3.969</u>

(a) Parcelas a apropriar de despesas com seguro de Riscos Nomeados e Operacionais (2024 R\$ 3.491; 2023 – R\$ 3.879), Riscos ambientais (2024 – R\$ 91; 2023 - R\$ 90) Responsabilidade D&O (2024 - R\$ 62) e contratados pela Companhia elencados na Nota Explicativa 30.

15 - Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Peças sobressalentes (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		9.978	279.787	99.163	574	280	20	29.309	419.111
Aquisição		-	30	78	-	4	365	-	477
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	189	1.526	1.715
Transferência		-	205	-	-	11	(195)	(21)	-
Baixa	(c)	-	-	-	-	-	-	(2.124)	(2.124)
Depreciação		-	(17.798)	(4.666)	(85)	(32)	-	-	(22.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>9.978</u>	<u>262.224</u>	<u>94.575</u>	<u>489</u>	<u>263</u>	<u>379</u>	<u>28.690</u>	<u>396.598</u>
Aquisição		-	18	41	-	-	1.203	-	1.262
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	(12)	(636)	(648)
Transferência		-	205	1253	-	84	(1.542)	-	-
Baixa	(c)	-	(4)	-	-	(1)	-	(921)	(926)
Depreciação		-	(17.809)	(4.684)	(85)	(37)	-	-	(22.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>9.978</u>	<u>244.634</u>	<u>91.185</u>	<u>404</u>	<u>309</u>	<u>28</u>	<u>27.133</u>	<u>373.671</u>
Custo total		9.978	494.987	141.514	1.123	900	554	36.689	685.745
Baixas		-	(3.643)	(127)	(118)	(134)	(526)	(9.556)	(14.104)
Depreciação acumulada		-	(246.710)	(50.202)	(601)	(457)	-	-	(297.970)
Saldo contábil (líquido) em 31 de dezembro de 2024		<u>9.978</u>	<u>244.634</u>	<u>91.185</u>	<u>404</u>	<u>309</u>	<u>28</u>	<u>27.133</u>	<u>373.671</u>
Depreciação anual média em 2024 - %		-	3,60	3,31	7,57	6,25	-	-	3,30

(a) Dentre os ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um exercício social. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 27.133 (R\$ 28.690 em 2023), totalizando R\$ 373.671 (R\$ 396.598 em 2023) em bens do ativo imobilizado.

(b) A transferência de R\$ 636 (R\$ 1.715 em 2023) é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para o imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (entre novembro e dezembro), de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses.

(c) As baixas de peças sobressalentes são para as manutenções corretivas / preventivas das UGs, considerando a programação do O&M. Os itens que apresentam giro têm o seu saldo reclassificado para o estoque (vide item “b”).

Provisão para redução ao valor recuperável

Conforme nota explicativa 7.8 a Companhia adota como pratica as taxas de depreciação da Aneel. Tendo vista que o final da concessão em 2026 existirá um valor residual de seus ativos, a administração procedeu com uma avaliação do valor recuperável destes ativos, usando a metodologia de fluxo de caixa descontando, projetando até o término da sua concessão da planta atual, em 2026 e descontado pela taxa WACC. Não foram identificados indicadores de ajuste ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens do imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

16 - Ativo intangível

	Ref.	Direito de uso de software
Saldos em 1º de janeiro de 2023		106
Adição		-
Amortização	(a)	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		77
Adição		-
Baixas		-
Amortização	(a)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>52</u>
Custo total		826
Reclassificações		-
Baixas		(17)
Amortização acumulada		<u>(758)</u>
Valor residual		<u>51</u>
Amortização anual - %		20

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear, de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

17 - Fornecedores

	Ref.	2024	2023
Wartsila Brasil Ltda	(a)	5.690	7.200
Encargos de uso da rede	(b)	3.451	3.818
Combustíveis e lubrificantes	(c)	-	2.273
Wartsila Switerzerland	(d)	56	-
Outros fornecedores		1.099	919
Total de fornecedores a pagar		10.296	14.210

(a) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias (R\$ 1.690) e provisão para desmobilização (R\$ 4.000) até o limite contratual previsto no contrato de O&M (Nota Explicativa 27b).

(b) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(c) Aquisição de OCB1, incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 para o frete sobre o OCB1. Ao final de 2024 não havia valores a pagar, devido as compras efetuadas para reposição do estoque terem ocorridos até o início de dezembro.

(d) Aquisição de peças de reposição para manutenção das Unidades Geradoras ("UG").

A Companhia não possui operações de "Risco Sacado", que possibilite aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

18 - Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não circulante	Total	
					Principal	Encargos	Principal	2024	2023
Banco Santander - CCB	Construção UTE	(a)	CDI + 1,80% a.a.	64 meses - 10/11/2026	-	-	-	-	85.605
Banco Santander - CCB	Construção UT	(b)	CDI + 0,98% a.a	23 meses - 30/09/2026	15.595	755	31.191	47.541	-
Total					15.595	755	31.191	47.541	85.605
Circulante								16.350	27.122
Não circulante								31.191	58.483

A Companhia obteve junto as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

(a) Cédula de Crédito Bancário ("CCB") contratada em agosto de 2021 nas mesmas condições de garantia e vencimento da CCB anterior também contratada junto ao Banco Santander, porém, em condições financeiras mais atrativas para a Companhia. O Contrato previa pagamentos semestrais iniciados em fevereiro de 2022. Em novembro de 2024 após nova reestruturação da dívida o empréstimo foi liquidado, passando a vigorar o empréstimo do item "b".

O empréstimo tinha como garantia os direitos creditórios provenientes da receita fixa dos "CCEAR's".

(b) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada em novembro de 2024 junto ao Banco Santander em substituição ao empréstimo do item “a” com taxa de juros mais atrativa para a Companhia, dada as condições do mercado (aumento do CDI e câmbio). A contratação prevê pagamentos semestrais iniciados em novembro de 2025 (em maio de 2025 haverá o pagamento da primeira parcela de juros).

O empréstimo tem como garantias:

- 30% do montante principal. Aplicado em CDB de conta restrita para movimentação (Vide Nota Explicativa 9c);
- e
- 100% dos direitos creditórios de “CCEAR’s”, que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade da Companhia no Banco Santander.

Condições restritivas (*Covenants* e Garantias)

Os contratos de financiamento e de “CCB” junto ao Santander não possuem *covenants* financeiros, as demais restrições não são financeiras. A Companhia confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridas até a data de emissão destas demonstrações financeiras e assim tem classificado os financiamentos atendendo as datas do vencimento original.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	28.635	81.876	110.511
Transferências	23.393	(23.393)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	14.188	-	14.188
Amortização de principal	(22.462)	-	(22.462)
Variação cambial (empréstimos)	(931)	-	(931)
Pagamento de juros e IOF	(15.701)	-	(15.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>27.122</u>	<u>58.483</u>	<u>85.605</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	27.122	58.483	85.605
Ingressos (empréstimos)	15.595	31.191	46.786
Transferências	58.483	(58.483)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	8.829	-	8.829
Amortização de principal (empréstimos e financiamentos)	(81.930)	-	(81.930)
Variação cambial (empréstimos)	54	-	54
Pagamento de juros e IOF (empréstimos e financiamentos)	(11.803)	-	(11.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>16.350</u>	<u>31.191</u>	<u>47.541</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o financiamento (item “a”) classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2024	2023
2025	-	23.393
2026	31.191	35.090
	<u>31.191</u>	<u>58.483</u>

Em 2026 há a parcela final do financiamento prevista para o mês de novembro.

19 - Tributos e contribuições sociais

	Ref.	2024	2023
COFINS	(a)	1.146	1.575
PIS	(a)	246	341
INSS	(b)	389	371
CSRF	(c)	245	268
IRRF	(c)	161	142
ISS	(c)	141	143
FGTS	(d)	32	19
ICMS		1	2
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		<u>2.361</u>	<u>2.861</u>

(a) PIS/COFINS regime não cumulativo sobre receita de operações de energia (Nota Explicativa 26) e sobre receitas financeiras (Nota Explicativa 28).

(b) INSS sobre folha e retido na fonte de fornecedores.

(c) Tributos retidos na fonte de fornecedores. Para o IRRF, também está inclusa a parcela sobre folha de pagamento.

(d) ICMS sobre venda de óleo usado e sucata.

20 - Tributos sobre o lucro

20.1 - Passivo fiscal corrente

	2024		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	18.206	50.601	68.807
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(38.431)	(38.431)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.953)	(7.539)	(12.492)
Total do passivo fiscal corrente	<u>13.253</u>	<u>4.631</u>	<u>17.884</u>
	2023		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	14.772	41.027	55.799
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(31.615)	(31.615)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.843)	(6.264)	(11.107)
Total do passivo fiscal corrente	<u>9.929</u>	<u>3.148</u>	<u>13.077</u>

20.2 – Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Ref.	2024		2023	
		CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Cont. Social		204.519	204.519	171.775	171.775
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	(a)	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(18.407)	(51.130)	(15.460)	(42.944)
Ajustes ao lucro/b:					
Adições					
Provisão de fornecedores	(b)	-	-	(382)	(1.062)
Benefícios a administradores		-	(40)	-	(18)
Doações indedutíveis		(46)	(127)	-	-
Outras adições		(129)	(360)	(159)	(443)
		(175)	(527)	(541)	(1.523)
Exclusões					
Provisão de fornecedores	(b)	22	62	-	-
incentivo fiscal Lei do Bem		354	984	57	159
Reversão provisão honorários advocatícios		-	-	1.111	3.087
Atualização monetária repetição de indébitos		-	-	61	170
Outras exclusões		-	10	-	24
		376	1.056	1.229	3.440
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(18.206)	(50.601)	(14.772)	(41.027)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(22)	(62)	(729)	(2.025)
Incentivo fiscal SUDENE		-	38.431	-	31.615
Efeito líquido no resultado		(18.228)	(12.232)	(15.501)	(11.437)

(a) A alíquota do Imposto de Renda não considera a redução do Incentivo Fiscal da SUDENE, sendo a mesma aplicada em linha separada.

(b) Provisão desmobilização contrato de O&M Wartsila (Nota Explicativa 17a).

20.3 – Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2024			2023		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Ativo						
Provisão desmobilização contrato O&M	4.000	4.000	4.000	4.249	4.249	4.249
Base cálculo do imposto ativo				4.249	4.249	4.249
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto ativo	360	1.000	1.360	383	1.062	1.445
Passivo (-)						
Base cálculo do imp. passivo	-	-	-	-	-	-
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto passivo	-	-	-	-	-	-
Total Líquido	360	1.000	1.360	383	1.062	1.445

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo não há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

21 - P&D e taxas regulatórias

	Ref.	2024	2023
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos	(a)	2.912	3.610
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	(b)	267	316
Ministério das Minas e Energia (MME)	(b)	188	158
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)		131	120
Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(b)	25	95
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		<u>3.523</u>	<u>4.299</u>
Circulante		3.523	3.108
Não circulante		-	1.191

Os encargos setoriais P&D, FNDCT, MME e CDE correspondem a 1% da ROL, conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("PROP&D") da ANEEL e devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, visando financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Do montante apurado, 40% são destinados ao FNDCT, 20% para o MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento de escolha da Companhia (Nota Explicativa 12). A partir de abril de 2021, 30% do montante destinado aos projetos passou a ser recolhido diretamente para o MME através da CDE.

(a) Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento, no ativo circulante (Nota Explicativa nº 12). No final dos projetos, o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo de P&D em curso a investir é demonstrado abaixo:

Saldo de P&D em projetos	2024	2023
(+) Provisão de P&D	2.912	3.610
(-) Projetos em andamento (realizado)	(6.681)	(2.137)
(-) Projetos em andamento (comprometido)	432	(5.542)
(=) Saldo a investir	(3.337)	(4.069)

(b) Os valores de FNDCT, MME e CDE são recolhidos mensalmente para a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), MME e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), respectivamente.

22 - Outras contas a pagar

	Ref.	2024	2023
Estoque de peças em garantia	(a)	4.077	4.252
Provisão de férias e encargos		513	515
Outros valores a pagar	(b)	553	553
Total de outras contas a pagar		<u>5.143</u>	<u>5.320</u>

(a) Saldo corresponde a contrapartida ao estoque de peças em garantia, conforme Nota Explicativa 11c.

(b) Valores recebidos a maior de clientes de venda de energia.

23 - Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em Nota Explicativa.

23.1 – Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável)

Com base na avaliação de especialistas (advogados internos e externos) e nas condições processuais de cada ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

23.2 - Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$ 14.890 e R\$ 1.277 (2023: R\$ 14.890 e R\$ 1.277), respectivamente.

Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”:

23.2.1 - Ação Ordinária contra União Federal

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto, de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável.

23.2.2 - Ação contra a CHESF

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Companhia ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001. Em 2022, houve a perícia técnica, favorável ao direito da Companhia. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da Companhia

23.2.3 Ação contra União Federal e ANEEL

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo (“MCP”) junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), ajuizou, na condição de associada da Associação Brasileira de Geradoras Térmicas (“ABRAGET”), a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de *Generation Scalling Factor* (“GSF”) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

23.2.4 Auto de Infração RFB

Em maio de 2021, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R\$19.853, já acrescido dos encargos legais (data-base maio de 2021). A Companhia apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021, a Companhia ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R\$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R\$ 14.890).

24 - Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2024 e 2023 e está representado por 139.977 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2024 e 2023	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Savana SPE Incorporações Ltda	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
Capital social	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

24.2 – Reservas legal e de lucros

A Companhia já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na Nota Explicativa 24.4.

24.3 – Reserva de incentivo fiscal – Lucro da Exploração

No exercício de 2024, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelo Laudo Constitutivos nº 0024/2023 expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O benefício na modalidade de Modernização Total de Empreendimento tem a vigência de 10 anos a contar de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032, estando homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	Valores
Saldo acumulado em 1º de janeiro de 2023	268.559
Incentivo fiscal no exercício de 2023	31.615
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023	<u>300.174</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	300.174
Incentivo fiscal no exercício de 2024	38.431
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024	<u>338.605</u>

24.4 – Dividendos e juros sobre o capital próprio

24.4.1 - Juros sobre o capital próprio

Não houve deliberação (destinação) dos Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) no exercício de 2024.

24.4.2 – Dividendos intermediários

Deliberações 2024	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 08 de julho de 2024	Dividendos intermediários	55.000	0,39292
AGE de 15 de julho de 2024		55.000	0,39292
RCA de 10 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	40.000	0,28576
AGE de 14 de outubro de 2024		40.000	0,28576
RCA de 05 de dezembro de 2024	Dividendos intermediários	25.000	0,17860
AGE de 06 de dezembro de 2024		25.000	0,17860
Deliberação 2023	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 01 de novembro de 2023	Dividendos intermediários	80.000	0,57152
AGE de 07 de novembro de 2023		80.000	0,57152

Em 2024, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários em julho, outubro e dezembro, apurados o final dos meses de maio, setembro e novembro, respectivamente, em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. Os pagamentos ocorreram dentro do próprio exercício.

24.4.3 – Dividendos mínimos e complementares

Abaixo segue demonstrada a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	174.059	144.837
(-) Reserva legal	-	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	<u>(38.431)</u>	<u>(31.615)</u>
(=) Base de Cálculo dos dividendos	135.628	113.222
(x) Percentual conforme Estatuto Social	<u>25%</u>	<u>25%</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>33.907</u>	<u>28.306</u>
(-) Parcela já distribuída através de dividendos intermediários e JCP	<u>(33.907)</u>	<u>(28.306)</u>
(=) Saldo a distribuir	<u>-</u>	<u>-</u>
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	<u>33.907</u>	<u>28.306</u>
Total bruto	<u>33.907</u>	<u>28.306</u>

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2024 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários, não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais.

A constituição do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Base de cálculo dos dividendos	135.628	113.222
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	<u>(33.907)</u>	<u>(28.306)</u>
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	101.721	84.916
Dividendos intermediários distribuídos no ano	<u>(86.093)</u>	<u>(51.694)</u>
Saldo do excedente aos dividendos mínimos obrigatórios	<u>15.628</u>	<u>33.222</u>

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 15.628, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2025, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	-	-
Dividendos complementares do exercício anterior	33.223	20.338
Atualização SELIC sobre dividendos	746	1.278
IRRF s/atualização de dividendos	(168)	(287)
Dividendos pagos do exercício anterior	(33.801)	(21.329)
Dividendos propostos do exercício	33.907	28.306
Dividendos intermediários declarados no exercício	86.093	51.694
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(33.907)	(28.306)
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(86.093)	(51.694)
Saldo final	-	-

25 - Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em AGE de 15 de abril de 2024, a Companhia deliberou o montante global de R\$2.151 de remuneração (sem a inclusão dos encargos legais exigíveis, que são suportados pela Companhia) do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2024.

O montante pago até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.993 (em 2023 foi de R\$1.845).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os valores a pagar (pagos) de dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na Nota Explicativa 24.4.

26 - Receita operacional líquida

	Ref.	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa – disponibilidade	(a)	365.234	348.477
Receita de geração – demanda	(b)	20.881	29.069
Suprimento de energia elétrica		386.115	377.546
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS		(35.716)	(34.924)
(-) Programa de P&D e eficiência energética		(3.469)	(3.392)
(-) Taxa de fiscalização		(1.572)	(1.446)
Total das deduções da receita operacional		(40.757)	(39.762)
Receita operacional líquida		345.358	337.784

(a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Interligado Nacional ("SIN"). A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR").

(b) Em 2024 a Companhia foi solicitada a operar devido à alta demanda e aos recordes de carga registrados, provocados pelas fortes ondas de calor no Brasil e pela variabilidade da geração de energia renovável em períodos críticos de operação. Esses despachos ocorreram, em sua maioria, durante o mês de novembro, principalmente nos horários de pico de carga (das 17h às 22h), por solicitação em tempo real, ou seja, quando a usina é requisitada a gerar energia sem programação prévia do ONS. Tal cenário é similar ao ocorrido em 2023, porém, em volume menor de MWh (2024 – 19.991,335 MWh / 2023: 28.888,503Mwh).

27 - Custos e despesas (outras receitas) operacionais

	Ref.	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica			
Combustível para geração de energia elétrica	(a)	(20.934)	(29.196)
Encargos de uso do sistema transmissão		(36.910)	(32.866)
Depreciação e amortização		(21.857)	(21.842)
Serviços de terceiros	(b)	(31.468)	(30.942)
Peças para manutenção	(c)	(3.734)	(6.247)
Seguros		(7.681)	(8.173)
Aluguéis		(4.067)	(2.854)
Material de consumo		(479)	(704)
Taxas e contribuições		(289)	(244)
Energia elétrica		(55)	(10)
		<u>(127.474)</u>	<u>(133.078)</u>
Custo de compra de energia elétrica (lastro)			
Energia elétrica comprada para fornecimento	(d)	-	(362)
		-	<u>(362)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal	(e)	(7.028)	(6.623)
Administradores	(e)	(2.435)	(2.241)
Serviços de terceiros	(f)	(2.633)	(17.743)
Depreciação e amortização		(783)	(768)
Taxas e contribuições		(308)	(282)
Aluguéis		(13)	(25)
Material de consumo		(169)	(136)
Outras despesas		(2.337)	(2.093)
		<u>(15.706)</u>	<u>(29.911)</u>
Outras receitas operacionais			
Peças recebidas em garantia		-	66
Venda líquida de óleo usado e sucata		59	71
		<u>59</u>	<u>137</u>
Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais		<u>(143.121)</u>	<u>(163.214)</u>

- (a) A redução do custo com OCB1, diesel e lubrificantes em 2023 foi decorrente da baixa geração no exercício de 2024 (Nota Explicativa 27b) aliada a uma melhora consumo específico das UGs (item b).
- (b) Contrato de O&M com Wartsila Brasil (2024 - R\$ 17.565; 2023 - R\$ 20.351).
Processo de manutenções preventivas e preservação da planta (2024 - R\$ 11.449; 2023 - R\$ 7.402).
- (c) A redução no consumo de peças deve-se a melhoria operacional das UGs, decorrente principalmente das manutenções preventivas (item b).
- (d) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente pela Companhia se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007, na qual Companhia sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro (Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs). A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão (2024: 34,48 MW médios; 2023: 46,02 MW médios) é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE.
- O efeito no resultado é decorrente da diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação. Em 2024 não houve impacto no resultado devido as operações terem sido fechadas com *spread* zero ou próximo desse valor.
- (e) As variações são decorrentes de aumentos salariais conforme política da Companhia, reajustes previstos em acordos coletivos e despesas em geral (ex. plano de saúde).
- (f) A variação é decorrente aos honorários advocatícios reconhecidos em 2023 ao Paulo Cesar Pinheiro Advogados (R\$ 11.653) e Porangaba e Bacelar Advogados (R\$ 3.250).

28 - Resultado financeiro, líquido

	Ref.	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	(a)	13.173	11.935
Atualização monetária recebimento de clientes		4	3
Variação cambial	(b)	-	932
Outras atualizações monetárias	(c)	25	990
		<u>13.202</u>	<u>13.860</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(d)	(8.829)	(14.188)
Atualização monetária	(e)	(793)	(1.709)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(668)	(409)
Variação cambial	(b)	(61)	(30)
Outras despesas financeiras		(569)	(319)
		<u>(10.920)</u>	<u>(16.655)</u>
Resultado financeiro		<u>2.282</u>	<u>(2.795)</u>

- (a) O aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2024 em relação ao ano de 2023 é decorrente de um maior montante médio aplicado (Nota Explicativa 8).
- (b) Variação cambial sobre operação SWAP do financiamento junto ao Santander e compra de peças de reposição / manutenção das UGs.

- (c) Em 2023 houve a atualização sobre créditos fiscais: saldo negativo de IRPJ 2022 (R\$ 310) e ressarcimento de ICMS sobre compra de OCB1 (R\$ 680).
- (d) Menor custo decorrente da redução do saldo da dívida do financiamento do Santander (Nota Explicativa 18).
- (e) O saldo é composto substancialmente por R\$ 746 de dividendos complementares (2023: R\$1.278).

29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, também, não efetua aplicações de caráter especulativo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2024		2023	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa	8	N/A	(a)	-	24	24	161	161
Aplicações financeiras - CDB	8	CDB	(a)	(2)	40.610	40.610	29.928	29.928
Aplicações financeiras – LF	8	CDB	(a)	(2)	40.546	40.546	45.848	45.848
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	(a)	(2)	5.861	5.861	5.297	5.297
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	(a)	(2)	141	141	-	-
Aplicações financeiras - Garantia CCG RFN	9	CDI	(a)	(2)	15.265	15.265	-	-
Contas a receber	10	N/A	(a)	-	52.638	52.638	76.719	76.719
Outros créditos	13	N/A	(a)	-	4.768	4.768	377	377
Total Ativo					<u>159.853</u>	<u>159.853</u>	<u>158.330</u>	<u>158.330</u>

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2024		2023	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo								
Fornecedores	17	N/A	(a)	-	10.296	10.296	14.210	14.210
Outras contas a pagar	22	N/A	(a)		5.143	5.143	5.320	5.320
Empréstimo - CCB Santander	18	CDI	(a)	(2)	47.541	47.541	85.605	85.605
Total Passivo					62.980	62.980	105.135	105.135

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em				
			10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não Derivativos	159.853	Alta CDI	14.209	646	646	646	16.147
Passivos - Não Derivativos	(62.980)	Alta CDI	(6.886)	(313)	(313)	(313)	(7.825)
	96.83		(7.823)	(333)	(333)	(333)	(8.322)

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros, foi possível a renegociação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior (Nota Explicativa 18).

Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 10,69% do ano de 2024.

b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

	Nota	2024	<3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar						
Wartsila Brasil Ltda	17	5.690	5.690	-	-	5.690
Encargos de uso da rede	17	3.451	3.451	-	-	3.451
Wartsila Switserzeland	17	56	56	-	-	56
Outros fornecedores	17	1.099	1.099	-	-	1.099
Total Fornecedores		10.296	10.296	-	-	10.296

Empréstimos						
Banco Santander - CCB	18	47.541	-	15.847	31.694	47.541
Total Empréstimos		47.541	-	15.847	31.694	47.541
Total		57.837	10.296	15.847	31.694	57.387

(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2025, exceto a provisão para desmobilização do contrato de O&M.

A CCB atual contratada junto ao Santander tem a finalidade de financiamento da construção da Usina, e seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos, que tem o prazo até setembro de 2026.

c. Gestão de risco

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

(i) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

O principal financiamento (Banco Santander – CCB) da Companhia é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Companhia e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento pela Companhia da diferença da variação cambial.

(ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARs com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência.

Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal teve uma diminuição devido ao pagamento de passivos do GSF, sendo a última liquidação ocorrida em 9 de janeiro de 2025, referente ao mês de novembro de 2024 e apresentou o percentual de 9,56%.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item “b”) dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e longo prazo.

(iv) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas, quando existentes, são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

(v) *Risco ambiental*

A Companhia cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação (“LO”), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatório o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados.

Para atendimento às eventuais emergências, a Companhia mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências (“PPCE”) e possui equipe capacitada para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos.

d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

30 - Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada (em reais)</u>
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2025 a 09/01/2026	25.000.000,00
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2024 a 17/12/2025	40.000.000,00
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2024 a 18/09/2025	15.000.000,00
Riscos Nomeados e Operacionais	15/07/2024 a 15/07/2025	125.000.000,00
Veículos	10/03/2024 a 10/03/2025	100% da tabela FIPE
Veículos	30/09/2024 a 30/09/2025	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/2024 a 31/03/2025	24x remuneração

31 - Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro de 2024 até a data da emissão das referidas demonstrações contábeis.

Conselho de Administração

Enrique José Zaragoza Duena
Conselheiro Presidente

Marcelo Fernandes
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior
Conselheiro

Fernando Ferraz Marcondes de Souza
Conselheiro

Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Giane Moreira Ferreira
Diretora Administrativa

Alexandre da Silva
Contador
CRC: RJ-070219/O-0-S-PE